

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006059-79.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **Samuel Estevão Martins**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

SAMUEL ESTEVÃO MARTINS já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 09 de janeiro de 2014 do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, tendo requerido administrativamente o pagamento da indenização devida, tendo-lhe sido negado o pagamento, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 13.500,00, previsto no art. 3º, II, da Lei 6.194/74, devendo ser corrigido monetariamente, ou, subsidiariamente, o valor de R\$ 9.450,00 decorrente da aplicação do percentual de 70% sobre a importância de R\$ 13.500,00.

A ré contestou o pedido sustentando carência de interesse processual do autor na medida em que não há prova de requerimento administrativo devidamente instruído para recebimento da indenização, apontando ainda a falta de laudo do IML, impugnando os laudos médicos apresentados pelo autor, no mérito apontou a prescrição, a falta de nexo de causalidade entre o acidente de trânsito e a situação de saúde do autor, contestando ainda que a invalidez do autor seja permanente, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela fixação do pedido no limite máximo de R\$ 13.500,00, observado o grau de lesão, com juros de mora contados da citação, nos termos do que determina a Súmula 426 do STJ e correção monetária a partir da publicação da sentença ou a partir do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual manifestou-se a ré, reiterando as postulações de rejeição da demanda.

É o relatório.

DECIDO.

O laudo pericial médico apurou que *"durante o exame clínico especializado ortopédico não evidenciamos limitação ou prejuízo funcional afim de determinar dano ao patrimônio físico do autor"* (fls. 174/178).

Ou seja, o autor está apto para o trabalho.

Sob o aspecto jurídico, temos que a pretensão do autor nesta ação refere-se à indenização DPVAT, que segundo previsto no art. 3º caput, da Lei nº 6.194/74, deve ter por fundamento os eventos *morte, invalidez permanente ou despesas médicas e suplementares*.

Assim, ante a ausência de invalidez, incabível a pretensão de pagamento do seguro DPVAT, que é devido nos casos de invalidez permanente, total ou parcial.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Por fim, importante salientar que o laudo pericial elaborado foi suficiente para a formação do convencimento deste magistrado, sendo desnecessária qualquer complementação: *"Laudo pericial indicando perda de 50% da acuidade visual do olho direito – Prova suficiente para a formação do convencimento do magistrado – Cerceamento de defesa não configurado (Relator(a): Antonio Nascimento; Comarca: São Carlos; Órgão julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 24/11/2016; Data de registro: 24/11/2016).*

O autor sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Transitada em julgado a presente, arquivem-se.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 25 de agosto de 2017.

<b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b>
---